

Gostaria de iniciar esta exposição sobre a **AMAZÔNIA DOS POVOS INDÍGENAS** com palavras de um líder indígena, **DAVI KOPENAWA YANOMAMI**, que recebeu da ONU - Organização das Nações Unidas, em 1988 o Prêmio Global 500, por sua luta em defesa do seu povo e da floresta amazônica:

"Eu fico muito preocupado com nossos filhos. Eles vão sofrer mais que agora. Eu sempre lembro os netos, eles vão sofrer mais que nós se a gente não luta para defender, para salvar a vida do povo ...
 Eu sou Yanomami. Nós Yanomami pensamos que o homem branco era bom pra nós. Agora eu estou vendo que é a última invasão da terra indígena, as outras já estão invadidas ... Os brancos só conhecem negócio e dinheiro. O nosso pensamento é a terra ... Nosso interesse é preservar a terra ... O branco não tem respeito pela natureza, ele não sabe o que é bom, ele tem que aprender conosco."

1. O espaço amazônico

Sim, Davi, precisamos aprender com teu povo Yanomami e todos os outros parentes de vocês que vivem na Amazônia o que é esta terra. Conhecer para amar e amar conhecendo. Amazônia - uma terra exuberante, dadivosa, mas também cheia de mistérios ocultos diante dos quais nos sentimos impotentes.

A Amazônia é um verdadeiro mundo na América do Sul. Abrange uma imensa área de floresta tropical que inclui toda a região norte do Brasil e partes da Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Perfaz 2/5 da superfície da América do Sul, com 6,5 milhões de km², ou 1/3 da reserva mundial de florestas tropicais. É a vigésima parte da Terra. A Amazônia continental é responsável por 1/5 da disponibilidade mundial de água doce.

Números por demais eloquentes. O que se esconde por detrás deles ?

A Amazônia é um mundo de água e florestas. Um mundo integrado, ecologicamente auto-sustentado por um ciclo de águas tão bem estudado pelos ecologistas do Instituto Max Plank ou por Herbert Schubart. Nela provavelmente vamos encontrar a maior riqueza mundial em espécimes de fauna e flora reunidas num mesmo ecossistema.

A parte brasileira da Amazônia, a partir de 1966, passou a ser objeto de uma ação governamental e ganhou por isso novo nome e nova abrangência. Aos 3,5 milhões de km² da região

norte, o governo anexou todo o atual estado de Mato Grosso, parte de Goiás e o atual Tocantins, e parte do Maranhão. A região denominada oficialmente Amazônia Legal alcança uma extensão de aproximadamente 5 milhões de km², isto é, 2/3 da superfície do Brasil.

Diante desta vastidão, nos sentimos pequenos.

Mas, o que importa destacar aqui é outra coisa. Ao contrário do que dizia um general da ditadura militar que se implantou no Brasil em 1964 - Amazônia: terra sem homens -, esta região tão pródiga se tornou ao longo de milhares e milhares de anos, o habitat de um grande número de povos. Estes povos por muito tempo viveram, do seu modo, felizes. Desenvolveram técnicas e formas de organização social perfeitamente adequadas ao meio ambiente tropical da floresta, domesticando plantas, animais, encontrando soluções apropriadas para a vida na floresta. Assim, este espaço vital foi se transformando pela ação paciente destes povos em espaço cultural, mítico, sagrado.

2. Os Povos da Amazônia

Os primeiros moradores do espaço amazônico se perdem no tempo. Grandes migrações vindas do Norte e do Oeste, provavelmente, foram as responsáveis pelo primeiro povoamento da região. Alguns arqueólogos já descobriram ossadas de seres humanos datadas pelo processo do Carbono 14 em 40 mil anos. Portanto, ao falarmos de Amazônia, temos de nos dar conta de que estamos diante de culturas milenares.

Hoje existem, pelo menos, 200 diferentes povos que vivem na região perfeitamente integrados ao meio ambiente e com razoável grau de autonomia, alguns mais outros menos.

A grande maioria dos povos indígenas do Brasil se encontra na Amazônia. Encontramos lá populações relativamente numerosas como os Makuxi (RR) com 15 mil indivíduos, os Tikuna do Alto Solimões (AM) com 18 mil, ou os Yanomami (RR) com 9 mil. Numerosos são também os Tukano do Alto Rio Negro (AM).

Há, porém, povos mais reduzidos como os Kulina do Acre e sul do Amazonas, com 2500 ou os Deni (AM) do baixo Purus, com 900. Por fim, temos povos quase extintos, que foram reduzidos a 30/40 pessoas, como os Enauenê Nauê (MT) e os Assurini (PA), ou os Munkú (MT).

Muitos foram totalmente extintos e deles sabemos, por vezes, apenas o nome ou nem isso. Uma perda humana e cultural irreparável, irremediável.

Todos estes povos significam culturas, línguas, tradições, modos de viver e se organizar, próprios, específicos, plenos de sentido e valor. É mentira da ideologia dominante taxá-los de bárbaros, ignorantes, preguiçosos, empecilhos para o progresso. Isto se ensina, muitas vezes, ainda hoje em nossas

escolas e se divulga pelos meios de comunicação de massa. Contra esta mentalidade etnocêntrica, nós estamos lutando. É preciso esclarecer a sociedade e apresentar a outra versão esquecida dos fatos.

3. A Invasão

Sobretudo a partir da década de 70, a Amazônia passou a ser alvo de uma violenta invasão provocada por uma política governamental deliberada. Tratava-se de fazer da Amazônia uma área de expansão do capitalismo brasileiro e associado a grupos internacionais. Além disso, tida como espaço "vazio", a região devia cumprir um papel especial: servir como receptora de uma enorme massa de migrantes sem terra ou com pouco terra, além de pequenos comerciantes e especuladores, expulsos de outras regiões devido ao brutal processo de concentração de terra e riquezas que se desenvolvia no país. A Amazônia serviu, portanto, como válvula de escape para as tensões sociais no Brasil. Quem sofreu foram os povos indígenas e os antigos moradores posseiros, que há muito habitavam a floresta.

Nessa onda avassaladora, muitas aldeias indígenas desapareceram. Casos como o dos Yanomami, Waimiri-Atroari, Assurini, Parakanã, Nambiquara são tristemente exemplares. No trajeto da rodovia BR-280, a Perimetral Norte, numa extensão de 225 km onde havia 15 aldeias Yanomami nos inícios dos 70, hoje só restam 4 pessoas. Estima-se que só esta rodovia ceifou pelo menos mil vidas dos Yanomami. Estes crimes não cessaram. Depois da invasão de 40 mil garimpeiros na área Yanomami, há uns dois anos, temos informações que morreram devido a doenças e chacinas entre 1500 a 2000 pessoas. ~~Há um filme recente realizado naquela região por uma equipe alemã que~~ documenta esta invasão com cenas terríveis. Trata-se de um verdadeiro massacre, um genocídio. Mais grave é que este crime está sendo praticado diante dos nossos olhos *e da omissão das autoridades.*

Há outros interesses. Alguns pesquisadores chamaram a Amazônia de o Inferno Verde, devido aos perigos que abriga. Outros a trataram como o Paraíso Perdido. Entre ambas as avaliações, temos um mundo de possibilidades. E o capitalismo predatório no Brasil não perdeu tempo.

As novas técnicas e máquinas utilizadas na derrubada da floresta, os novos meios de comunicação e os transportes auxiliaram a forjar um processo extremamente rápido de destruição entendido como "progresso". Tudo em nome do binômio "segurança e desenvolvimento" cunhado pelo regime militar e concretizado por grandes empresas capitalistas, nacionais e multinacionais.

Os principais projetos que fazem parte desta última investida contra a Amazônia incluem colonização, extração de recursos florestais, sobretudo madeira, extração de minérios e projetos agropecuários.

Menciono apenas alguns exemplos. O primeiro grande

④ Filme
 Título: "Ouro em Roraima - Extinção³ dos Yanomami" (1989), realizado por Rüdiger Neuhagen, com direção de Wolfgang Booy, de Munique,

projeto recente foi, sem dúvida, o Projeto Jari, do magnata norte-americano Daniel Keith Ludwig. Ele se dizia dono de cerca de 3 milhões de hectares na foz do rio Amazonas, em terras do Estado do Para e do atual Amapá. Incluía plantio de arroz, fábrica de celulose, exportação de madeira e minérios. Só a mineração de caulim deu lucro. Todo o resto fracassou. E o governo brasileiro foi quem socorreu o milionário norte-americano num programa de "nacionalização" que se tornou um verdadeiro escândalo nacional, haja visto que quem pagou a conta foi o povo brasileiro, mas quem ficou com a propriedade foram 22 grupos empresariais nacionais e, pasmem, o próprio Mr. Ludwig, como acionista indireto.

Outro exemplo é o Programa Grande Carajás (PGC), localizado no Pará. Naquela serra, foi encontrada uma das maiores jazidas de ferro do mundo, com um potencial de 20 bilhões de toneladas de ferro e ainda muito manganês, cobre, alumínio, níquel, estanho e ouro.

Todas estas riquezas não renováveis são para exportação e os sucessivos governos, deliberadamente, optaram por este caminho. "Exportar é a solução" é o lema dos tecnocratas. Aliás, tudo indica que há uma aliança tácita entre governo e grandes grupos econômicos, de modo que os interesses se harmonizam e dane-se o país e o povo.

Para exportar, o PGC construiu uma estrada de ferro com 890 km que vai da serra de Carajás até o porto de Ponta da Madeira, em São Luis do Maranhão. Como se podia prever, a estrada cortou território indígena. Os Gavião precisaram obstruir a estrada para serem ouvidos pelo governo e receberem indenização pelos danos causados.

Afora outros problemas, um dos mais graves é a destruição que as usinas de ferro-gusa estão provocando ao longo de toda a estrada de ferro, ao utilizarem em seus fornos carvão vegetal. Com o objetivo de baratear custos, o carvão é produzido com a madeira das florestas próximas, o que já causou um desmatamento na região que tem provocado inclusive mudanças climáticas no regime de chuvas. Este caso é tão escandaloso que a pressão dos ambientalistas levou o atual Secretário de Meio Ambiente, eng. José Lutzenberger, a fechar várias usinas porque elas se negavam a cumprir a determinação da lei ambiental que obriga o reflorestamento nas áreas desmatadas, e com espécies nativas.

Outro caso que merece atenção é o famoso Projeto JICA, uma aliança entre os governos brasileiro e japonês para a exploração do serrado do Brasil central com vista à exportação de grãos para o Japão. Envolve uma área de 60 milhões de hectares. Dele faz parte a pavimentação e extensão da rodovia BR-364, como abertura de uma saída para o Pacífico, o que encurtaria muito a distância para a Ásia.

Outro exemplo de devastação são as estradas. Philip Fearnside, pesquisador do INPA - Instituto Nacional de Pesquisas

da Amazônia, fez um estudo sobre o impacto das estradas no desmatamento do estado de Rondônia e chegou a conclusões preocupantes. Ele mostra como o desmatamento é provocado pela abertura de estradas, em função da colonização oficial. As estradas são projetadas no papel e não respeitam a topografia da região, as áreas indígenas ou de antigos posseiros. Valem estritamente os interesses econômicos imediatistas do grande capital. Fearnside ainda afirma que este desmatamento é crescente, descontrolado e sem nenhum critério seletivo. Um verdadeiro absurdo, tanto econômico como ecológico. Sobretudo, um crime humano contra os povos indígenas e os próprios migrantes utilizados como pontas de lança de uma ocupação desenfreada e sem qualquer planejamento. Que o digam aqueles que já visitaram as novas cidades nascidas desde os anos 70 em todo aquele estado.

O único jeito de sustar este processo - aparentemente irreversível - seria impedir novos planos de colonizações e novas estradas, dificultando, por exemplo, que o Banco Mundial financiasse estas barbaridades, como no Projeto POLONOROESTE. Só assim se conseguiria reter os migrantes nos seus locais de origem. Mas isto supõe que o governo teria, obrigatoriamente, de enfrentar a demanda por terras de trabalho. O que significa realizar a Reforma Agrária, num país onde, por esta Causa, milhares de líderes camponeses têm sido assassinados na última década. No caso de Rondônia, a área desmatada já chega a 35.700 km², isto é, 14,7% do estado. Uma taxa muito elevada se considerarmos que isto ocorreu em apenas 15 anos!

Há outro dado que nos faz pensar. Desmataram-se, entre 75 e 80 mais de 4,9 milhões de hectares e, entre 78 e 80, mais de 4,2 milhões de hectares de vegetação natural na Amazônia, o que demonstra um ritmo anual de 1,8 milhão de hectares/ano no quinquênio. Para comparar, isto significa que na Amazônia se desmata a cada 2 anos a área equivalente à superfície da Holanda e mantido o ritmo chegaremos ao ano 2000 com uma "ferida" na floresta igual à superfície da França, o maior país da Europa depois da URSS. Isto é grave para o Brasil e para o mundo inteiro. Não é possível ficar passivo diante de tamanha sanha destruidora. Os governos, as Igrejas, todos os cidadãos conscientes do planeta precisam acordar e se engajar na luta em defesa desse patrimônio comum contra o imediatismo capitalista predatório. Aqui trata-se de um caso de lesa humanidade.

Haveria ainda que falar dos Planos Energéticos do Governo brasileiro, o Plano 2010 que prevê a construção de inúmeras hidrelétricas no país, 17 delas incidindo em áreas indígenas. O maior erro técnico nesse particular foi a construção de Balbina, uma hidrelétrica que fica ao norte de Manaus, no coração da Amazônia. Para produzir 250 megawatts, a Eletronorte inundou uma área de floresta superior a 2.340 km². Por falhas técnicas a floresta não pôde ser cortada e a inundação ocorreu assim mesmo, causando um verdadeiro desastre ecológico. Boa parte da área inundada era tradicional território do povo Waimiri-Atroari, cuja população no final dos anos 60 era de 3000 pessoas, e hoje está reduzido a 350, nas piores condições de saúde.

O governo ainda planeja construir várias usinas no vale do rio Xingu, que vão inundar tradicionais territórios indígenas. Em março de 1989, os Povos do Xingu organizaram um encontro em Altamira no Pará se posicionando contra as usinas. O governo se fez de surdo. Mas a luta continua. A questão é que os tecnocratas não se preocupam em consultar os diretamente envolvidos. E como se o espaço amazônico fosse um vazio onde tudo é permitido. Esta mentalidade precisa mudar, urgentemente.

4. A Resistência Indígena

A resistência indígena sempre aconteceu, tanto no período colonial, como no Império e depois na República. Mas, é indiscutível que os povos indígenas foram os grandes perdedores na guerra movida à pólvora, vírus e bacilos. Tanto é que houve uma verdadeira hecatombe populacional. Dos 5 milhões do séc. XVI, hoje só restam 230 mil, e 180 tribos diferentes no Brasil.

A partir do final dos anos 70, a luta indígena no Brasil conseguiu dar passos importantes. Surgiram as Assembléias Indígenas, reunindo lideranças e até comunidades inteiras. Depois veio a UNI - União das Nações Indígenas para articular estas lutas a nível nacional, seguida de organizações regionais e locais.

O Brasil é grande demais. Os povos indígenas são francamente minoritários. E vivem dispersos por vastas regiões sobretudo na Amazônia. Tudo isto dificulta muito a sua organização autônoma. Há diferentes estágios no contato com a sociedade nacional e distintas formas de enfrentamento dos novos problemas que o contato criou.

Mas eles caminham. Isto é o que importa.

Na Amazônia, atualmente já existe um bem articulado movimento indígena que de ano para ano se fortalece. Em abril passado ocorreu em Manaus, a IIª. Assembléia Geral das Organizações Indígenas que integram a COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Para o Movimento Indígena, é unânime a prioridade da luta pela terra. Terra contínua, sem as retaliações que o governo vem impondo nos últimos anos. Terra como espaço de vida e de reprodução cultural. Terra livre.

Orlando Baré, um dos líderes, disse que a "conquista da autodeterminação está diretamente ligada à conquista da demarcação das terras indígenas e a sua garantia."

Um outro consenso é a necessidade das alianças. Alianças que permitam a união com outros segmentos da sociedade brasileira, como os trabalhadores rurais e os sem terra, ribeirinhos, seringueiros, trabalhadores urbanos, estudantes e até com as Universidades. Os Povos Indígenas entendem que o seu destino está vinculado ao destino de toda a sociedade brasileira. E tem se valido, em suas lutas mais recentes, de todo o potencial simbólico que conseguem mobilizar junto à opinião pública. Isto ficou muito patente na última Constituinte.

A Aliança dos Povos da Floresta - uma idéia que deve muito à luta do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes - é uma destas iniciativas de união dos oprimidos. Ela propõe formas de vida e trabalho na floresta que respeitam os direitos dos povos, garantem a preservação do meio ambiente e são economicamente viáveis. A proposta das Reservas Extrativistas foi a responsável pelo assassinato de Chico Mendes. Porque ela oferece uma alternativa para o desenvolvimento autosustentado e não predatório da Amazônia.

Há um projeto militar e desenvolvimentista que merece ser mencionado. Ele é conhecido como Projeto Calha Norte. Criado em 1985, abrange 6.500 km de fronteira, nos limites do Brasil com Venezuela, Colombia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Consta de construção de bases militares do exército e aeronáutica, com a abertura de pistas de pouso para aviões militares e civis. Tem como objetivo controlar as fronteiras (conteúdo bélico) e desenvolver estas regiões afastadas (conteúdo econômico).

Acontece que várias destas bases se localizam nas áreas indígenas e o mais grave é a disposição dos militares em não demarcar as terras indígenas. No máximo, aceitam a criação de colônias agrícolas. Mas as comunidades já se posicionaram contra e vão defender os seus direitos, até na Justiça.

Na prática, este tipo de ingerência militar mostra a que ponto chega, no Brasil, a militarização da questão indígena como também a questão amazônica. O que nos preocupa é que esta tutela militar nos últimos anos coincide com o saque aos minérios do subsolo indígena, com o desrespeito aos direitos humanos e a devastação das florestas.

No dia 30 de maio saiu num jornal de São Paulo (Folha de São Paulo) uma notícia preocupante. A Escola Superior de Guerra produziu um documento recente, "Estruturas do Poder Nacional para o ano 2000", onde admite, inclusive, o recurso à guerra(!) para superar "as pressões que impedem a conquista dos objetivos nacionais permanentes na Amazônia." Isto significa, o continuísmo do atual modelo de desenvolvimento. Pelas razões já expostas, este posicionamento revela uma atitude autoritária

verdadeiramente absurda, sob todos os pontos de vista. Grave é o fato dos militares identificarem como alvos dessa ação bélica o narcotráfico, o contrabando e as organizações preservacionistas e indigenistas, as quais estariam atuando para favorecer a internacionalização da Amazônia. O secretário do Conselho Indigenista Missionário-CIMI, da Igreja Católica, consultado sobre a notícia, disse: "São idéias velhas, anacrônicas e inconstitucionais. A autodeterminação que defendemos é o direito dos povos indígenas serem povos etnicamente diferenciados, como a Constituição reconhece. A ESG, ao contrário, quer impor acima da lei a sua definição de segurança nacional. E acusa os que defendem a Constituição de serem contra a nação."

Como vocês podem ver, no Brasil defender os povos indígenas e o meio ambiente amazônico, sob a ótica militar, é entendido como traição, como um crime!

Quero apenas destacar mais um fato. Apesar de ser uma luta desigual, os povos indígenas não mostram medo. Resistem, se aliam, procuram convencer a sociedade nacional, se articulam e assim vão construindo um caminho de libertação. A gente se alegra com pequenas vitórias, como em 1984, quando participei da autodemarcação da terra junto com os Kulina e Kaxinawá, no Acre. Ou quando a pressão do movimento indígena e dos seus aliados na Constituinte impôs uma derrota aos militares, latifundiários e empresas, garantindo uma legislação favorável aos seus interesses históricos. Valendo-se disso, a Procuradoria Geral da República vem assumindo causas em defesa do patrimônio e das culturas indígenas. Num país como o nosso, isto é um ganho extraordinário.

5. O Futuro: um compromisso com a Vida

Quem conheceu e teve o privilégio de conviver com uma das inúmeras comunidades indígenas da Amazônia, não consegue esquecer a experiência jamais.

Costumo dizer que da comunidade indígena não se volta incólume. Tanto pela indignação que a gente sente vendo as injustiças, como pela beleza e igualitarismo que se descobre junto a estas populações. Quando a gente assume o projeto indígena como uma prioridade na nossa vida, muita coisa muda. Tanto a nível de consciência, como de fé ou mesmo no nível bem concreto da prática cotidiana. A gente se torna um cúmplice, um aliado-cúmplice desses povos, das suas lutas e da formulação de seus projetos de resistência e libertação.

Um antropólogo dizia que a gente encontra formas de viver que exprimem um tal grau de generosidade social impossível de encontrar nas sociedades capitalistas, de mercado, onde vale a lei do mais forte, da busca individualista de lucro e vantagens pessoais. As formas de vida tribal, mais comunitárias e interpessoais, nos deslumbram, nos fazem conhecer novas dimensões da vida humana. São como representações concretas de utopias que nós, homens da modernidade, só conseguimos perscrutar no passado (ex. comunidades cristãs primitivas, movimentos milenaristas, etc) ou

projetar num futuro distante, ao imaginarmos uma sociedade nova, sem explorados nem exploradores. Essa utopia que um dia um famoso pensador alemão descreveu assim: na nova sociedade se poderá, finalmente, "caçar pela manhã, pescar ao meio dia, cuidar do gado ao entardecer e filosofar depois do jantar" (Marx). Ora, isto eu encontrei entre os Kulina, com quem convivi por 5 anos, numa pequena aldeia do alto rio Purus (Acre). Evidentemente, isto tem seu preço. Baixa densidade de população, uma vida muito simples, e um relativo isolamento. É claro que não é modelo para nós, das sociedades modernas. Mas nos ajudam a buscar novas formas de vida e convivência nas quais o ser humano em aliança com a natureza seja o objetivo mais importante.

A questão indígena na Amazônia é tão grave que supõe um compromisso com a Vida. Nesse sentido, é urgente unir esforços do Primeiro e do Terceiro Mundos em defesa dos povos indígenas, dos negros, das mulheres, das crianças, todos vítimas de um sistema que devora vida humanas sem conta. E preciso garantir a vida desta gente, preservando seu espaço físico e cultural, a sua terra.

No fundo, é uma questão que diz respeito ao tipo de democracia que queremos para o nosso país. O Brasil só será livre e democrático se pudermos, no futuro, contar com a presença autônoma dos Povos Indígenas, com suas culturas e seus modos de vida e projetos alternativos. Sua sobrevivência está ligada à nossa sobrevivência como povo soberano, onde prevaleçam os critérios de justiça social e paz.

Permitam-me encerrar com um poema-salmo que escrevi em janeiro passado, num momento de ira e revolta e que, a meu ver, sintetiza o que eu desejava dizer para vocês hoje:

YANOMAMI, YANOMAMI, YANOMAMI

So viele Male wie deine Henker
dir den Tod antun
werde ich deinen Namen schreiben.

Damit niemand vergisst
dass es dich gibt
mitten im Wald,
dich,
Volk des Mondes,
Volk des Omami,
Yanomami.

Ich werde deinen Namen
in die Zeitungen schreiben,
an die Mauern der Herren Häuser,
an die Türen der Kirchen
an die Schutzbleche der Fahrzeuge,
an die Tragflächen der Flugzeuge,
auf die Steine des Weges,
in den Sand des Meeres,
überallhin.

Yanomami

Yanomami
Yanomami
Yanomami

Tantas vezes quantas mortes
te infligirem teus algozes,
escreverei teu nome.

Para que ninguém
esqueça que tu existes
no meio da floresta,
tu,
povo da Lua,
povo de Omami,
Yanomami,
Yanomami

Escreverei teu nome nos jornais,
nos muros das casas dos barões,
nas portas das igrejas,
nos pára-lamas dos carros,
nas asas dos aviões,
nas pedras dos caminhos,
nas areias do mar,
em todo lugar.

Que assim teu nome võe
longe, looooooooooonge,
e seja canção
de luto, de protesto.

Que assim teu nome salte
as fronteiras da morte
e da vida
e se torne penhor
da tua salvação,
oh povo da Lua,
oh povo de Omami,
Yanomami.

II

Lágrimas secas não rolam
de meus olhos febris.
Ainda assim, meu coração
chora teus filhos e filhas
desaparecidos, tuberculosos,
contaminados por vírus,
bacilos e mercúrio.



III

Invasão célere em busca do ouro,
o vil metal
que tanto mal já causou.
Há cinco séculos
ele vem dizimando milhões,
povos e nações inteiras,
e para quê, afinal?
Quem pode ajuntar um dia
sequer a sua vida mortal?
A cobiça, no entanto, é cega,
enganadora, solerte, mediocre.
Ela avança no coração e na alma
dos garimpeiros,
mata adentro qual cupim
em madeira branca,
como um câncer sem remédio,
habilmente manejada
por interesses maiores
bem situados nas capitais.

IV

Até quando, Senhor,
teu povo Yanomami precisará
assistir impotente
a destruição da floresta,
o envenenamento dos rios,
a morte lenta de sua gente feliz,
até quando, Senhor?

V

Basta com tudo isto!
Já é hora de a verdade
e a justiça triunfarem,
pelo menos desta vez.

“Não quero discursos,
promessas, planos,
não quero nenhum termo
de compromisso.
Quero soluções.
Meu povo Yanomami
pede, implora, exige
respostas claras, limpas,
honestas, justas,
urgentes.
Não há mais tempo.
A hora é agora
ou não será jamais”.

Yanomami
Yanomami
Yanomami

Povo da Lua,
Povo de Omami,
Yanomami.

Poema de Roberto E. Zwetsch